



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Colégio dos Dirigentes

Colégio de Dirigentes

NESC 1/2023 - CODIR/IFRN

21 de junho de 2023

Moção de Esclarecimento

À comunidade acadêmica do IFRN.

Considerando o processo, em andamento, de revisão de ofertas e o recente pedido de exoneração do Pró-reitor de Ensino (PROEN) do IFRN, seguido de reiteradas manifestações encaminhadas para a comunidade e instâncias externas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), nós, membros deste Colégio de Dirigentes (CODIR) do IFRN, vimos, por meio deste documento, apresentar esclarecimento, com base na contextualização de fatos sobre o cenário atual de revisão de ofertas de cursos.

Antes de tudo, é preciso frisar que, em uma instituição democrática, o posicionamento dos colegiados institucionais deve prevalecer, pois representa o sentimento coletivo e legítimo do corpo constituído de seus servidores. Com este respeito em mente, bem como com a compreensão da diversidade de olhares que compõem a instituição, entendemos que a orientação das decisões colegiadas é de ordem complexa, mas que sempre atende à leitura de cenários baseados nos fatos, nos dados, na legalidade e nos consensos coletivamente construídos em prol da existência da instituição a qual servimos.

Este colegiado se volta à revisão curricular do ensino técnico de nível médio na forma integrada, sempre e primeiramente ancorado nos princípios e finalidades descritos no nosso Projeto Político-Pedagógico (PPP), na busca contínua da manutenção do IFRN como referência para a formação de cidadãos para atuação profissional.

Estamos em consonância com a defesa do PPP do IFRN, em seu documento base e demais volumes, tanto no que condiz à função social desta instituição, na oferta de educação profissional e tecnológica, de qualidade socialmente referenciada, integradora de elementos científicos, culturais, humanos, tecnológicos e do trabalho, e focada na formação humana e crítica, com olhar centrado na democracia e na justiça social.

Nossa instituição centenária e a Rede da qual faz parte continua a se reinventar em seus diversos contextos pedagógicos, sempre buscando a qualidade referenciada e orientada ao público dentro do ensino, extensão e pesquisa, conforme nos demanda a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em nosso histórico já fomos Liceu, Escola Industrial, Escola Técnica, Centro de Educação Tecnológica e hoje Instituto Federal, ampliando nossas ofertas em diferentes níveis que se estendem desde os cursos de formação inicial e continuada, passando pelos cursos técnicos na forma integrada ditos regulares e de Educação de Jovens e Adultos, cursos técnicos subsequentes, até o ensino superior e a pós-graduação. Nessa grande jornada, seguimos na construção desse processo coletivo que é o nosso PPP em que acreditamos e cujas bases e fundamentos lutamos continuamente para dar vida dentro de uma realidade política e orçamentária dinâmica.

Desde o ano de 2016, vivemos um evidente cenário severo de diminuição de investimentos em múltiplas esferas federais. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, esse impacto permanece sendo sentido fortemente hoje no funcionamento dos *campi*, embora a escala mais aprofundada dele (em que os recursos do orçamento são menores do que aqueles necessários ao funcionamento das unidades) tenha sido temporariamente adiada devido ao cenário pandêmico que, dentre as muitas situações profundamente problemáticas e novas que trouxe, gerou também gastos menores com contratos continuados nas unidades.

Sobre o orçamento atual (e sua distribuição), no que tange às regras da matriz orçamentária definidas internamente pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), a sua afirmação nasce dentro da Rede, de forma democrática. O CONIF é constituído pelos reitores, eleitos pelas comunidades das Instituições da Rede, que aprovam regras para a matriz orçamentária e as encaminham ao Ministério de Educação para publicação, nos moldes solicitados

pela própria Rede ([Portaria Nº 646, de 25 de agosto de 2022](#)). Essa regra interna à Rede vincula fortemente o orçamento a novos parâmetros, implementados parcialmente nos cálculos do orçamento de anos anteriores (2019 a 2023) e, desta vez, publicados a fim de incidirem sobre o orçamento de anos futuros.

Embora a publicação da matriz tenha ocorrido em 2022, sua proposta já havia sido aprovada pelo CONIF em 2018, por maioria de votos, e seus princípios já apareciam na definição de orçamentos de anos posteriores à sua votação, mas anteriores à publicação.

Dois deles são essenciais à discussão atual: 1) a vinculação entre o número de matrículas totais de alunos e a ponderação pelo peso do seu curso e duração de ciclo (dentro do prazo definido pelos projetos pedagógicos para conclusão regular do curso); e 2) indicação de não financiamento de carga horária acima do mínimo definido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT). Com isso, a revisão dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, que representam 60% das ofertas institucionais no IFRN, é diretamente afetada pelas imposições da matriz orçamentária.

Comprovando que houve uma atenção total sobre o tema durante todo o processo de construção de revisão das ofertas, cabe situar o histórico realizado. Para retomada desse trabalho, no ano de 2021, este colegiado responsabilmente chamou atenção da PROEN sobre a necessidade imperiosa de seguirmos adiante, não por desejo inconsequente, mas porque currículos com nove anos (posto que foram implementados no ano de 2012) demonstravam uma evidente desconexão com a realidade de avanço das pesquisas e discussões nas diferentes áreas. Soma-se a isso, antes de tudo, o fato de que precisamos responder ao planejamento para manutenção qualitativa dos parâmetros de funcionamento da instituição.

Após ampla insistência deste colegiado, no ano de 2021, a Pró-reitoria de Ensino nos apresentou um cronograma, que foi criticado pelo CODIR em razão da disposição de atividades, mas aprovado pelas justificativas apresentadas pelo então Pró-reitor de Ensino. Nesse desenho de ações apresentado, teríamos um ano dedicado à formação da comunidade para participação no processo de revisão dos cursos técnicos, efetivada por meio de *lives* transmitidas pelo *YouTube* Oficial do IFRN. As advertências deste colégio de dirigentes, naquele momento, foram relacionadas ao grande tempo de formação, assim como ao formato escolhido, que poderiam, respectivamente, deixar pouco espaço para o debate nos campi e junto aos Núcleos Centrais Estruturantes (NCEs) e não gerar a participação qualitativa ensejada, uma vez que as atividades transmitidas mostravam pouca adesão da comunidade acadêmica. Tais questões ganharam concretude, sobretudo no que demonstra o pedido de ampliação do cronograma, votado em reunião deste CODIR, no *Campus* Apodi, em 23 de maio de 2023, que estende a revisão dos projetos pedagógicos até dezembro deste ano, após período de lançamento do edital do exame de seleção, considerando a compreensão de que os prazos anteriores não seriam suficientes para finalizar o trabalho.

Ressaltamos ainda que a revisão iniciada em 2021, cujo fluxo vivenciamos ainda hoje, era o de revisão dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, excetuando-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e técnicos de nível médio na forma subsequente. E neste fluxo, diante de problemas no planejamento apresentado e conduzido pela PROEN, foi adiada a revisão dos cursos subsequentes para o ano de 2024, para que se tentasse reordenar o fluxo da revisão.

A partir da provocação do CODIR, em reunião no *Campus* Avançado Parelhas no primeiro semestre de 2022, formamos ainda um grupo de trabalho com diretores gerais, acadêmicos e representantes da gestão sistêmica (designado pela [Portaria nº 946/2022-RE/IFRN](#)), para efetivar amplo levantamento das ofertas de cursos técnicos de nível médio na forma integrada, excluindo-se a EJA, em toda a Rede. Essa comissão entregou seu [relatório](#) em reunião do CODIR, no *Campus* Santa Cruz, em setembro de 2022, apresentando seus resultados aos diretores e equipe das pró-reitorias presentes à reunião. As conclusões apontavam que mais de 70% da Rede havia ajustado seus currículos recentemente e tentado adequar, parcial ou totalmente, suas propostas ao que priorizava a matriz orçamentária do CONIF; que existem diferentes estratégias pedagógicas utilizadas nas outras instituições (listadas detalhadamente na última seção do relatório) para repensarem seus currículos, passando por metodologias ativas, discussão de questões contemporâneas, incorporação de discussões sobre ética, *fake news*, novas tecnologias e outros temas, uso de carga horária de projetos e uma miríade de questões qualitativas que poderiam ser observadas.

Em apresentação na pauta do CODIR, em 2022, a Prof. Tatiana Weber, Pró-reitora de Administração do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, convidada pela Reitoria, [apresentou](#) a matriz orçamentária em suas especificidades, alertando para a relação direta entre duração do ciclo, carga horária dos cursos e índices de qualidade do ensino, no cálculo do orçamento.

Outrossim, durante a *46ª Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica* (REDITEC), efetivada em novembro de 2022, na cidade de Belém (PA), equipe mista dos fóruns do CONIF e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) apresentaram o que seria reforçado como caminho apontado pela matriz em [apresentação](#) para toda a Rede.

Como somos parte de uma Rede que possui autonomia na execução de suas ofertas, com reconhecida atuação de excelência na formação dos estudantes e qualidade socialmente referenciada, reforçamos o entendimento de que o contexto desse debate não pode ser deslocado da realidade citada. Em função disso, não cabe qualquer tipo de comparação com reformas educacionais que estejam fora do âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O fato é que nenhum diretor de *Campus*, Reitor, Pró-reitor ou diretor sistêmico membro deste colegiado defende uma inconsequente redução de carga horária, como tem sido alardeado. Também é falso que exista diretriz paralela construída pelos diretores gerais dos *campi*. Destacamos que nossa prioridade sempre foi de natureza pedagógica, razão pela qual se fundamenta o nosso fazer educacional. Com efeito, este colegiado defende o equilíbrio entre responsabilidade orçamentária e defesa firme dos pressupostos filosóficos presentes em nosso Projeto Político-Pedagógico (PPP), entendendo que não existe lastro de

responsabilidade no ato de “permanecermos parados”, assistindo o IFRN cair em uma profunda zona de precarização. De modo que defender as condições materiais de existência da instituição, reafirma o nosso profundo apego aos princípios pedagógicos e valores previstos no PPP/IFRN, servindo enquanto bússola que orienta o caminho sólido que perseguimos. Defendemos ainda o pleno esclarecimento da comunidade acadêmica acerca das consequências da redução ou não das cargas horárias das ofertas institucionais, de forma que esta comunidade, já devidamente esclarecida, possa, ciente de todos os elementos, referendar qualquer que seja a decisão final.

Diante de todo contexto externo gerado por meio da implementação da matriz orçamentária pelo CONIF e de uma narrativa enganosa criada dentro do IFRN que confronta o viés pedagógico à realidade orçamentária, foi designado pelo Reitor, um novo grupo de trabalho em 2023, formado com representações das diretorias gerais, diretorias sistêmicas e pró-reitorias, incluindo a de Ensino ([Portaria nº 635/2023-RE/IFRN](#)). Nessa frente de trabalho, o Colegiado definiu que o escopo da comissão se voltaria à pesquisa ampliada, nos campos do ensino, assistência estudantil e infraestrutura, de institutos da região nordeste (IFCE, IFPB, IFPE e IFMA). Dado o curto prazo, a comissão trabalhou em menos de dois meses para criação de instrumentos, aplicação, visitas de campo e apresentação de [relatório parcial](#) de trabalho em reunião extraordinária do Colégio de Dirigentes, no dia 05 de junho de 2023.

Esse grupo construiu um exaustivo estudo em que observou minuciosamente a realidade interna do IFRN e dos demais IFs que adequaram a carga horária de suas ofertas à realidade imposta pela matriz CONIF. Observando os dados internos, o GT de ofertas possui os seguintes dados sobre o IFRN:

- Índices que comprovam o nosso declínio com relação a divisão do orçamento, saindo de primeiro colocado no ano de 2018, para oitavo colocado no ano de 2023;
- Índices que mostram uma realidade de evasão anual persistente, contrariando a expectativa de permanência e êxito preservando a boa utilização do recurso público;
- Diminuição na procura dos cursos técnicos integrados, com a concorrência cada vez menor em todos os *campi* do IFRN.

Em novo estudo apresentado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODES), em reunião deste colegiado, em 19 e 20 de junho de 2023, desta vez com foco no orçamento atual das unidades, denota-se um cenário de superação da soma dos custos de contratos continuados e despesas dos *campi* quando comparada ao orçamento projetado para 2025, considerando que as ofertas atuais entraram no censo escolar e gerarão os valores distribuídos nos anos próximos dentro da matriz e recebidos pelo IFRN em 2025. Isso quer dizer que, como apontado nos dados, a instituição não conseguiria honrar seus compromissos mínimos de despesas obrigatórias, mesmo cortadas todas as compras. Essa ação, que não se dá uniformemente, já se apresenta sobre os *campi* da instituição, que têm no seu horizonte esta crise. Já existe agora avaliação de medidas de contenção, demissões de trabalhadores terceirizados e atraso de pagamentos de alguns contratos.

No contexto da Rede, que executa cursos, em sua ampla maioria, em menos tempo e tem resultados em parte similares, em parte inferiores e em parte superiores aos nossos, depois de diferentes estudos conduzidos por este Colegiado, percebemos que a realidade é dinâmica e complexa. Certamente muitas instituições pesquisadas, em relação ao que fazem em menos tempo do que o IFRN, possuem tensões e ganhos que lhes são próprios, mas o que fazem não é produzir massa acrílica, nem mão de obra técnica. A Rede, cujos resultados, como um todo, são de excelência, não é a marca de um fracasso da educação crítica, transformadora e de excelência.

Discutimos, buscando evitar vieses de confirmação e com profunda atenção e preocupação institucional, baseados em dados reais e focados todos em honrarmos os valores do nosso Projeto Político-Pedagógico. Acreditamos que as demais instituições de nossa Rede não são produtoras de massa de trabalho, ordenadores de uma educação bancária ou de menor qualidade.

Lutamos nas instâncias educativas, colegiadas e políticas pela transformação da realidade enquanto fundamento superior, valorizando a educação como espaço primordial de garantia da democracia e dos direitos do cidadão, sobretudo daquele de pensar criticamente e de agir para mudar a ordem disposta em seu contexto e mundo.

Contudo, não ignoramos o imperativo do tempo, que cerca o orçamento com uma matriz democraticamente criada e aprovada no CONIF/SETEC; e encaminhada ao governo federal para publicação e implementação. Não desprezamos que a falta de recurso afeta um número absoluto de jovens com renda *per capita* de menos de meio salário mínimo, especialmente quando se fecham ofertas, se fecham espaços, e, em tempo, inviabiliza o funcionamento geral das unidades. Não desconsideramos a precarização das condições de trabalho e de infraestrutura, contra a qual lutamos continuamente, recorrendo a projetos, emendas parlamentares e outros instrumentos.

A transformação da realidade é um processo contínuo e feito de diversidade, nem sempre caminhando para aquilo que ensinamos, tendo sua escala de tempo política própria, como se observa na reconstrução das diferentes áreas estratégicas no país por parte do Governo Federal. Nós, do CODIR, estamos nas lutas para que ela aconteça na gestão do IFRN, por meio das discussões com parlamentares e representantes civis, das parcerias de programas de aprendizagem e estágios, do contato com outras instituições da Rede e dentro do campo universitário nacional e internacional, nas incontáveis horas trabalhadas para superarmos a profunda precarização de orçamento e de pessoal instaurada nos últimos anos.

A Rede também está na luta por mais orçamento, por melhorias para as diferentes instituições que a compõem, mas não se prepara - nem hoje nem em um futuro próximo - para mudar a matriz orçamentária que ela mesma aprovou e que segue implementando, conforme ratificado em [apresentação](#) recente ao CONIF por parte do Fórum de Administração e Planejamento, em relação às prospecções para 2024, feitas no âmbito da comissão paritária estabelecida pela SETEC (MEC).

Diante dos esclarecimentos aqui pontuados, concluímos esta moção, chamando a comunidade a debater nos *campi* e a ler os documentos solicitados e produzidos por membros deste Colegiado em mais de dois anos de estudos, deixando sempre evidente que os ajustes, em relação à carga horária, permanecem em ampla discussão na comunidade. E isso (1) será exclusivo para a entrada de novas turmas, o que irá recompor a carga horária de docentes; (2) terá por objetivo dar entrada a novos discentes, cumprindo ainda mais a nossa missão institucional; e (3) manterá o foco nos valores de nosso PPP e PPCs, promovendo e valorizando a formação humana integral que sempre ofertamos nesta casa de educação.

Colégio de Dirigentes (CODIR) do IFRN.

Reitoria, 21 de junho de 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

- Jose Arnobio de Araujo Filho, REITOR(A) - CD0001 - RE, em 21/06/2023 09:53:41.
- Francisco Damiao Freire Rodrigues, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/AP, em 21/06/2023 09:59:17.
- Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araujo, DIRETOR(A) GERAL - CD0003 - DG/JUC, em 21/06/2023 10:00:54.
- Flavio Rodrigo Freire Ferreira, Diretor Geral - CD0002 - DG/CANG, em 21/06/2023 10:02:01.
- Jerdmiler Gomes de Paiva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/MC, em 21/06/2023 10:03:57.
- Vinicius Carvalho Pinto, Diretor-Geral Pro Tempore - CD0002 - DG/SC, em 21/06/2023 10:05:03.
- Juscelino Cardoso de Medeiros, Pró-Reitor de Administração - CD0002 - PROAD, em 21/06/2023 10:05:28.
- Avelino Aldo de Lima Neto, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação - CD0002 - PROPI, em 21/06/2023 10:07:14.
- Allan Nilson de Sousa Dantas, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/NC, em 21/06/2023 10:07:32.
- Alan Paulo Oliveira da Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CM, em 21/06/2023 10:09:32.
- Samira Fernandes Delgado, PRO-REITOR(A) - CD0002 - PROEX, em 21/06/2023 10:09:46.
- Max Miller da Silveira, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CA, em 21/06/2023 10:14:48.
- Ayres Charles de Oliveira Nogueira, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CAL, em 21/06/2023 10:16:49.
- Ramon Viana de Sousa, DIRETOR(A) - CD0003 - DG/PAAS, em 21/06/2023 10:19:21.
- Andreilson Oliveira da Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CN, em 21/06/2023 10:19:40.
- Jonas Eduardo Gonzalez Lemos, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CNAT, em 21/06/2023 10:20:39.
- Jose Roberto Oliveira dos Santos, DIRETOR(A) GERAL - CD3 - DG/ZL, em 21/06/2023 10:21:08.
- Paulo Vitor Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/PAR, em 21/06/2023 10:21:50.
- Luisa de Marilac de Castro Leite, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/SGA, em 21/06/2023 10:21:57.
- Tarso Latorraca Casadei, Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação - CD0003 - DIGTI, em 21/06/2023 10:29:47.
- Edmilson Barbalho Campos Neto, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/ZN, em 21/06/2023 10:37:53.
- Helio Henrique Cunha Pinheiro, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/MO, em 21/06/2023 10:41:32.
- Jose Geraldo Bezerra Galvao Junior, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/IP, em 21/06/2023 10:46:47.
- Thais Chacon dos Santos Azevedo, Diretora de Gestão de Pessoas em exercício - CD - DIGPE, em 21/06/2023 11:00:51.
- Antonia Francimar da Silva, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - CD0002 - PRODES, em 21/06/2023 11:12:37.
- Andre Luiz Rodrigues Bezerra, DIRETOR(A) - CD0003 - DG/LAJ, em 21/06/2023 11:25:09.
- Renato Dantas Rocha da Silva, Diretor-Geral do Campus São Paulo do Potengi - CD0002 - DG/SPP, em 21/06/2023 11:58:24.
- Matheus Augusto Avelino Tavares, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/JC, em 21/06/2023 12:20:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/06/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 568480
Código de Autenticação: 4401e17db4



None, None, None, None, CEP None